

EDITORIAL

Marcha da insensatez

Quando a mentira, o ódio e a barbárie são incorporados ao cotidiano de forma tão explícita pelo presidente da República, algo vai muito mal. Nos últimos dias, a metralhadora verbal de Bolsonaro bateu recorde de virulência e leviandade. Tamanho desprezo pela pluralidade e incapacidade de lidar com as diferenças acendem o alerta: naturalizar o absurdo é violentar a democracia.

No pacote de sandices presidenciais cabe de tudo: questionar os dados de desmatamento apurados pelo Inpe, cuja excelência em vigilância por satélites e rigor científico são mundialmente reconhecidos, e demitir o diretor do órgão; mudar a composição da Comissão Nacional da Verdade e transformá-la em um depósito de entusiastas da ditadura; e ameaçar de prisão o jornalista Glenn Greenwald, editor do portal The Intercept e responsável pela série de matérias da #VazaJato.

Atrocidade foi cometida contra o presidente do conselho nacional da OAB, Felipe Santa Cruz. Felipe é filho de Fernando Santa Cruz, assassinado pela ditadura. Seu corpo nunca apareceu; Fernando é, oficialmente, um “desaparecido”. Ao tratar o caso com escárnio, Bolsonaro debocha da dor de todos os familiares de vítimas da repressão.

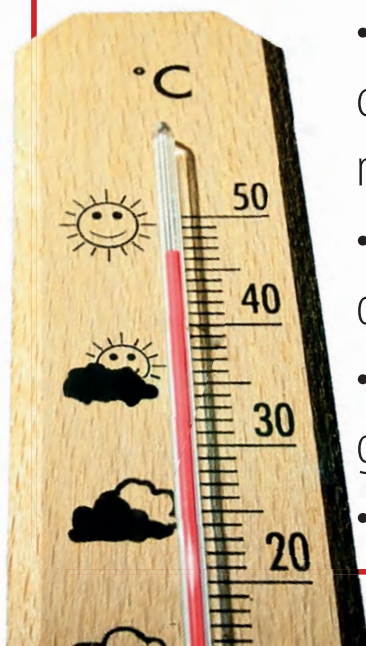
Bolsonaro não governa: estimula o conflito permanente, demoniza a democracia e os contrapesos ao seu comportamento autoritário, prega o extermínio dos inimigos que cria. Enquanto isso, o desemprego segue em acelerado galope, o país se apequena com o desmanche do seu patrimônio e a vida do povo piora. A marcha da insensatez não pode prosperar.

Assembleia Geral

Na terça-feira, 6, às 10h,
nas escadarias do Centro de Ciências da Saúde (CCS).
Pauta: informes, Future-se e greve no dia 13 de agosto.

Não falte, companheiras e companheiros, porque vamos discutir e deliberar sobre temas da máxima importância para o nosso presente e futuro.

Alta temperatura



- **Aulas** – Agenda movimentada esta semana que começa com o reinício das aulas na UFRJ sem dinheiro nos próximos meses para as contas de água, luz e serviços terceirizados.
- **Assembleia** – Esta terça-feira, 6, às 10h, nas escadarias do CCS. Na pauta, o Future-se e a greve de 13 de agosto.
- **Previdência** – Câmara marcou para esta terça, 6, segundo turno da votação da reforma da Previdência.
- **Consuni** – Colegiado discute Future-se, quinta-feira, 8.

Sintufrj vai à Justiça para suspender decreto que suprime funções gratificadas

Página 7

Encarte traz documento com reivindicações entregues à Reitoria

Página 3

Últimos dias para inscrever trabalhos no VII Sintae

Termina no dia 11 de agosto (domingo) o prazo para inscrição de trabalhos no VII Seminário de Integração dos Técnicos-Administrativos em Educação (Sintae). Para quem vai participar somente como ouvinte, o prazo é até 3 de novembro.

As inscrições são gratui-

tas e realizadas somente pelo site sintae@pr4.ufrj.br. Consulte o edital para mais informações. O VII Sintae será realizado de 11 a 14 de novembro, das 8h às 17h, pela Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4), no auditório Horácio Macedo (Roxinho), no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN).



“O Protegido”



Todos conhecem Fernando Henrique Cardoso (FHC), ex-presidente (1995-2002), cientista político e renomado sociólogo. No entanto, o tucano também é dono de grandes propriedades de terra, uma face até então desconhecida.

Lançado no dia 30 de julho, o livro *O protegido – Por que o país ignora as terras de FHC*, do jornalista Alceu Luís Castilho, traz detalhes sobre como FHC se consolidou como um grande e próspero fazendeiro, propriedades que nunca tiveram atenção da mídia.

O *protegido* é publicado pela editora Autonomia Literária. Castilho também é autor do livro *Partido da terra – Como os políticos con-*

quistam o território brasileiro e fundador do De Olho nos Ruralistas, um observatório sobre agronegócio no Brasil.

A obra é continuação de uma reportagem do jornalista, que questionou como o enriquecimento do ex-presidente, dono de duas propriedades em Botucatu, no interior paulista, nunca havia levantado suspeitas no Brasil.

Após anos afastado da empresa agropecuária Goytazes Participações Ltda., o ex-presidente voltou a ser sócio dos seus filhos. Em 2018, o capital social da empresa era de R\$ 5,7 milhões. Em um ano, saltou para R\$ 8,9 milhões.

Em entrevista ao *Brasil de Fato*, o autor adianta que o livro discorre sobre as relações de FHC com empresários e pecuaristas. “O que estamos mostrando para o leitor é que há conflito de interesses relativos à trajetória – não só particular – do Fernando Henrique com empresários como banqueiros do grupo Espírito Santo e a própria Odebrecht, por exemplo”, diz Castilho.

De acordo com a obra, a “aventura agrária” do tucano se iniciou em parceria com Sérgio Motta, ex-ministro da Comunicação, por meio da compra de uma fazenda em Buritis (MG). Após a morte

EM FOCO

Foto: Renan Silva



Esta relíquia que está exposta no pátio da Prefeitura da UFRJ, no Fundão, trata-se de um compactador de asfalto fabricado na década de 1930 pela alemã Maffei e utilizado nas obras de aterros hidráulicos que uniram as oito ilhas, dando origem à Cidade Universitária, durante os anos de 1950.



Nota de falecimento

Com pesar informamos o falecimento do aposentado Manoel Amaury Mattos Silva, 79 anos, ocorrido no dia 27 de julho. Ele foi aluno da primeira turma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e trabalhou como arquiteto no Escritório Técnico da Universidade (ETU) e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) até se aposentar.

de Motta, o pecuarista Jovelino Mineiro, sócio de Emílio Odebrecht e figura central nas articulações do ex-presidente, tornou-se sócio dos filhos de FHC.

“Há um silêncio sobre Fernando Henrique que é um dos

motivos do livro se chamar *O protegido*. É protegido pela Justiça e pela imprensa. O que observamos é uma imensa contradição entre o que foi feito com outro ex-presidente em relação ao sítio em Atibaia, por exemplo”, aponta a

contradição, em referência às investigações relacionadas a supostas propriedades do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Publicado: 31 Julho/2019 e escrito por Lu Sudré, *Brasil de Fato*

Sintufrj apresenta reivindicações à Reitoria

A direção do Sintufrj apresentou uma agenda de reivindicações à Reitoria na quinta-feira, 1º de agosto. No encontro, os dirigentes reafirmaram sua posição crítica contra o Future-se e apresentaram suas divergências conceituais ao tratamento dado pela CPST/PR-4 à política de saúde do trabalhador.

Outros pontos estruturantes foram apresentados pela direção sindical neste primeiro encontro oficial com a nova gestão. Reorganização do trabalho, brigadas de incêndio, Cissp (Comissão Interna de Saúde do Servidor Público) foram discutidas e uma disposição de diálogo permanente para superação dos impasses foi acertado.

Além da reitora Denise Pires e do vice-reitor Carlos Frederico Rocha, pela UFRJ participaram da reunião a pró-reitora de Pessoal, Luzia de Araújo, a superintendente Rita dos Anjos e a coordenadora da CPST, Rose Marie Portella.

Pelo Sintufrj, presentes as direto-

ras Neuza Luzia, Gerly Miceli e Joana de Angelis.

O documento de reivindicações está publicado na forma de Encarte Especial nesta edição do Jornal do Sintufrj.

Um dos avanços substantivos da reunião é o compromisso de a Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador (CPST) abrir espaço para recurso toda vez que a elaboração de um laudo resultar em perda do direito a adicionais.

O servidor será informado, terá acesso ao processo e o Sindicato, que conta com assessoria específica para isso, fará um contralaudo, quando for o caso.

Outra reivindicação que consta do documento que publicamos é a solicitação de que as brigadas de incêndio sejam institucionalizadas.

Em relação à reorganização das jornadas de trabalho, o Sindicato reafirmou sua posição pela implantação do turno contínuo, considerando, inclusive, a inevitabilidade do ponto eletrônico.

BRASIL

Semana do barulho

O recomeço das aulas na UFRJ nesta segunda-feira, 5, coincide com o início de uma etapa de eventos que refletem a turbulência política do país. O próprio funcionamento da universidade está em risco devido à falta de repasse, pelo governo federal, da verba para custeio.

Ainda nesta segunda, a UFRJ realiza plenária de diretores e decanos, uma reunião que precede a sessão especial do Conselho Universitário que vai discutir o Future-se, o programa apresentado pelo governo para as universidades e institutos federais, na quinta-feira, 8 de agosto.

Às 10h desta terça-feira, 6, assembleia geral convocada pelo Sintufrj vai discutir o Future-se e deliberar sobre

os preparativos para a greve da terça-feira, 13 de agosto, contra a reforma que golpeia a aposentadoria e em defesa da educação pública.

Para essa mesma terça-feira, 6, está prevista a segunda rodada de votação da reforma da Previdência na Câmara. No primeiro turno, em junho, a proposta saiu vitoriosa com 71 votos a mais do que o necessário para aprovação de uma emenda constitucional.

Plenária das centrais sindicais para discutir a greve de 13 de agosto acertou no calendário de ações abordagem de parlamentares no aeroporto Santos Dumont numa ação de convencimento dos deputados bancada do Rio para votar contra a reforma.

Vai ferver

■ **Assembleia do Sintufrj** – Esta terça-feira, 6, às 10h, nas escadarias do CCS. Na pauta, o Future-se e a greve geral convocada pelas centrais sindicais contra a reforma da Previdência e em defesa da educação pública. Em assembleia dia 1º, docentes da UFRJ aprovaram participar da greve.

■ **Volta às aulas** – Milhares de estudantes da UFRJ retornam às aulas num ambiente de asfixia financeira. Falta dinheiro para água, luz, vigilância, segurança e pesquisa. Além dos cortes, dos R\$ 25 milhões que deveriam ser repassados por determinação da lei orçamentária para custeio, só chegaram R\$ 15 milhões.

■ **Conselho Universitário** – O colegiado máximo da UFRJ se reúne nesta quinta-feira, 8 de agosto, para discutir o Future-se. Esta reunião, para a qual está sendo convocada toda a comunidade universitária, foi precedida de discussões em várias frentes.

■ **Greve de 13 de agosto** – Centrais sindicais, frentes do movimento social, Fasubra, Andes, todo mundo envolvido na convocação do movimento marcado para a terça-feira, 13 de agosto. Trata-se de manifestação nacional contra os ataques às aposentadorias dos servidores e do povo pobre e da educação pública.

Reitora avalia Future-se

“Instituições devem ser mantidas por financiamento público”, defende Denise Pires

Foto: Renan Silva

Não à toa, a comunidade universitária está inquieta: numa manobra oportunista, seguida ao corte amargo nas verbas de sobrevivência, o governo empurra seu projeto para as instituições federais de ensino superior (Ifes). O programa Future-se foi tema de análise da reitora Denise Pires no Sintufrj Linha Direta,* a live semanal do Sindicato no Facebook.

“Nós vemos de forma muito preocupante o programa que se denomina Future-se. Há possibilidade de se transformar o financiamento das universidades em majoritariamente privado. Não é assim em nenhum lugar do mundo. As instituições devem ser mantidas por financiamento público. Deve ser um programa de Estado e não de governo. Instituições públicas autônomas são importantes para que o Brasil avance”, disse ela.

Sete instituições federais de ensino do Rio de Janeiro divulgaram dia 26 de julho nota em que condicionam a adesão a qualquer proposta de programa ao respeito à Constituição com a garantia da autonomia, contratação através de concurso público e garantia do financiamento público federal. A reitora da UFRJ articulou e subscreveu o documento.

“É muito importante que nos posicionemos, neste momento, o mais possível e de forma pactuada”, disse ela. “Isso garante que mesmo instituições mais jovens sejam protegidas de uma mudança que pode ser estrutural e pode atingir de modo muito forte o funcionamento das instituições públicas, que podem, inclusive, perder o caráter público, o que é muito grave sob nosso ponto de vista.”

A autonomia está ameaçada?

“O ponto mais importante



DENISE PIRES DE CARVALHO. A primeira mulher reitora da UFRJ enfrenta o debate sobre o programa que ameaça a autonomia

diz respeito a isso, à possibilidade de ataque ao artigo 207 da Constituição. Quando se prevê a possibilidade de contratação de organizações sociais, que são entidades privadas. A organização social pode ser contratada para uma atividade, por exemplo, a limpeza dos campi. Mas não é isso que parece estar no programa, que seria a contratação da organização social para a gestão da universidade. Isso é grave! Fere a autonomia administrativa e de gestão financeira, que passaria para as mãos de entidade privada.”

Como esta discussão está se dando?

“Os reitores não foram chamados para discutir o do-

cumento que está em consulta pública e tem prazo muito curto. É um programa preliminar que não foi construído com a comunidade. Espero que as críticas sejam bem-vindas e que o MEC mude esta visão. Não precisamos de entidades privadas para gerir as universidades. Precisamos de entidades que apoiem as atividades. E já existem desde a década de 70, que são as fundações de apoio e funcionam muito bem.”

Sintufrj Linha Direta* A íntegra da entrevista com a reitora da UFRJ, está disponível na página do Sintufrj, no Facebook. O Sintufrj Linha Direta vai ao ar, ao vivo, todas as segundas-feiras, à tarde.

Discussão no Conselho Universitário

Na quinta-feira, 8 de agosto, o Conselho Universitário se reúne especificamente para discutir a proposta do governo. A reitora Denise Pires explicou como a questão está sendo tratada na UFRJ:

“Um grupo de trabalho da Administração Central está avaliando o programa para que as audiências públicas (sobre o tema) possam acontecer. A primeira reunião vai acontecer no Fórum de Decanos e Diretores, previsto para o dia 5. Vamos tentar fazer uma audiência antes do Conselho Uni-

versitário do dia 8. Mas quero tranquilizar a comunidade: o Consuni (dia 8) não será deliberativo. Temos que discutir bastante e encaminhar para as audiências públicas. Acho que tem que haver mais de uma audiência, inclusive depois que o programa for consolidado e apresentado pelo MEC. Convido toda a comunidade para ler o documento do MEC. Distribuí para membros do Conselho Universitário e diretores, e espero que esteja sendo amplamente discutido nas unidades acadêmicas.”

A história ensina lições de resistência

Duas tentativas de tirar o caráter público e gratuito das redes federais de ensino superior foram derrotadas pela mobilização da comunidade universitária



CAPA DA EDIÇÃO DE OUTUBRO DE 1995 trazia registro da mobilização contra a reforma administrativa proposta pelo governo FHC

Em dois momentos da história recente do país, a resistência da comunidade universitária impediu projetos que desstituiriam o caráter público das universidades federais, como propõe o programa Future-se agora.

No governo Sarney, em 1986, foi criado o Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (Geres), que modificava a anatomia das instituições.

Entre 1995 e 1996, dentro da reforma administrativa proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, outro plano ameaçava a autonomia da universidade. De qualquer modo, era menos letal do que o apresentado pelo governo Bolsonaro.

No caso do Geres, como ficou conhecida a proposta do governo Sarney, o pacote

de medidas determinava a distinção das universidades consideradas de excelência – que teriam a prioridade na destinação de recursos – das demais, as quais acabariam reduzidas a “escolões” de terceiro grau, sem pesquisa ou extensão.

No pacote estava também a flexibilização do trabalho e, ainda como contraponto, uma barganha traduzida em gratificação.

Quando o Geres foi proposto, os servidores estavam em campanha salarial. O potencial de agressão da proposta revoltou a comunidade. Ao contrário do que o governo previa, a campanha se intensificou, e a categoria decretou greve nacional e rejeitou o projeto.

“Quando rejeitamos a proposta, sabíamos que perderíamos dinheiro. Mas

ganhamos em dignidade. Essa era a lógica: não vamos abrir mão da universidade pública! Ao fazer isso, o movimento venceu. Nós nos organizamos, e sensibilizamos até uma parte da academia que já cedia ao canto da sereia e viu que mesmo trabalhadores que ganhavam pouco abriram mão (da gratificação) em defesa da universidade”, relatou Carlos Maldonado, que à época participou das mesas de negociações.

A categoria dos técnicos-administrativos assim tomou, como atores na cena universitária, assento no debate estratégico sobre o futuro da instituição, para além do foco puramente financeiro. E saiu tão fortalecida, que no ano seguinte, 1987, saiu vitoriosa também na luta por isonomia

e por uma Carreira própria.

Mais um ataque

A proposta de reforma do modelo de Estado de Fernando Henrique Cardoso no âmbito da política neoliberal envolvia as universidades federais. O governo pretendia, com um projeto de Emenda Constitucional, fazer a reforma da administração pública. Foi construída a proposta de que algumas unidades do Estado, entre elas universidades, deveriam ser extintas e se transformar em organizações sociais.

Mais uma vez a pressão na comunidade universitária – em conjunto com Fasubra e Andes – foi grande a ponto de o governo recuar. Embora a PEC tenha virado Emenda Constitucional (nº 19), ela acabou aprovada sem inclusão das universidades.

Bolsonaro acaba com regras de proteção à saúde e à segurança do trabalhador

O objetivo do governo é facilitar ainda mais a vida dos empregadores, sob a falácia de acabar com o desemprego

Sob argumento de “regras racionais” visando à redução de acidentes e de doenças ocupacionais para “estimular a economia e gerar empregos”, o governo Bolsonaro anunciou, no dia 30 de julho, o lançamento do que ele chamou de “processo de atualização e modernização das regras que regulam o direito do trabalho”.

Paralelamente, o Ministério da Economia publicou a Portaria nº 9.944, que tira o poder de intervenção dos trabalhadores na regulamentação das normas de saúde e segurança no trabalho. A partir de agora, as decisões a esse respeito estão por conta somente dos empresários e governo. Como se diz popularmente: “É a raposa tomando conta do galinheiro”.

A Portaria nº 9.944 estabelece que a Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) – que reúne trabalhadores, patrões e governo – será apenas consultiva, retirando dela o direito de elaborar, revisar e aprovar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho (NRs) – uma porta aberta para o atendimento de interesses patronais e do aumento do lucro em detrimento das condições de trabalho.

“É um erro grave do governo, pois retira de cena especialistas de diversas áreas que debatiam o contexto das normas”, observa o assessor de segurança do trabalho do SintufRJ, Rafael Borher.

Retrocesso

A alteração que está sendo apresentada não men-



Foto: Renan Silva

RETROCESSO. A segurança no trabalho é um bem precioso que se relaciona diretamente com a qualidade de vida do trabalhador

ciona os riscos ergonômicos e de acidentes, que são os maiores geradores de doenças ocupacionais, acidentes e afastamentos.

O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) não serão mais obrigatórios para as empresas de pequeno porte (ME, MEI e EPP). O PPRA é o principal documento da segurança do trabalho e antecipa ou reconhece riscos do trabalho para o empregado. O PCMSO é o principal documento da medicina do trabalho.

“Os riscos de acidentes, que estão ausentes nessa re-

“A não elaboração do PPRA e PCMSO é um retrocesso e em nada auxilia o pequeno empresário. Somente traz grande insegurança jurídica e altos riscos financeiros para os empregadores”, explica Borher.

formulação, atualmente não dão o status de quarto país que mais mata trabalhadores no mundo. Sem o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, como isso será tratado?”, questiona Borher. A alteração não favorece os trabalhadores e criará também, na contramão do que propaga o governo, problemas ao pequeno empresário.

Covardia

A “modernização” imposta pelo governo envolve a revisão de 36 normas em vigor. No dia 30 de julho ele anunciou a consolidação de 160 decretos em quatro textos, e informou que serão revisadas nos próximos meses portarias

e instruções normativas. O primeiro grupo de decretos abrange 19 textos que regulam direitos trabalhistas dispostos em leis, tais como: direito à gratificação natalina, vale-transporte, autorização para desconto em folha de pagamento, entre outros.

A pretensão do governo é que até novembro esteja completo o processo de “simplificação, desburocratização e consolidação de toda a legislação infralegal trabalhista”. Segundo Borher, a portaria do governo é muito confusa e, por isso, terá que ser bem analisada para se saber qual será o impacto dela para os trabalhadores da UFRJ.



Funções gratificadas

Sintufjr vai à Justiça para suspender efeitos do decreto. 393 servidores da UFRJ foram atingidos

A Assessoria Jurídica do Sintufjr entrará com representação no Ministério Público Federal, no Rio de Janeiro (MPF/RJ), para suspender os efeitos do Decreto nº 9.725/2019 do governo federal que suprime gratificações referentes aos códigos de FGs 4 a 7 em universida-

des e institutos federais.

Segundo o texto do decreto, desde 31 de julho de 2019 os seus efeitos passaram a valer. Na UFRJ, 393 servidores foram atingidos pelo decreto.

De acordo com Rudi Cassel, ele seguirá o mesmo caminho que resultou em decisão vitoriosa obtida pelo

Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul e de outra ação civil pública movida pelo MPF do Ceará.

No Rio Grande do Sul, os efeitos do decreto foram suspensos por uma liminar em todas as universidades e institutos federais de educação. A liminar foi concedi-

da pela 10ª Vara Federal de Porto Alegre. Na sentença, a juíza Ana Paula de Bortoli sustenta que “o Presidente da República não conta com poderes para exonerar ou dispensar os ocupantes dos cargos e funções referidas, por se tratar de ato de competência exclusiva da admi-

nistração das universidades e dos institutos federais de ensino superior e de educação técnica”.

A direção do Sintufjr acredita que os resultados obtidos pelos MPFs criam jurisprudência para buscarmos a neutralização dos efeitos do decreto também na UFRJ.

Alerta sobre o Pasep

A Assessoria Jurídica do Sintufjr recomenda cuidado no caso de interessados em ações para atualização monetária dos valores do Pasep. O advogado Rudi Cassel explica que “a ação

é necessariamente individual, com instrução bastante difícil”.

No parecer acerca do assunto, o assessor afirma que há risco, apesar das vitórias anunciadas, pois

o impacto financeiro deve pressionar os tribunais superiores, o que pode gerar uma alteração do entendimento.

Ele explica que “sequer a competência está bem

definida pelos tribunais. Portanto, a orientação da assessoria jurídica é que se deve aguardar, dado o risco de sucumbência (pagar as custas judiciais, em caso de perda da ação) de signi-

ficativa monta e os custos da ação”.

Mas a decisão é individual. Se o sindicalizado decidir entrar com processo, deve procurar o Departamento Jurídico do Sintufjr.

No computador, no tablet e no celular
Acesse www.sintufjr.org.br

Inscreva-se no canal do Sintufjr no YouTube
 [sintufjr ufjr](https://www.youtube.com/sintufjrufjr)

WhatsApp do Sintufjr
Envie a palavra **INCLUIR** para (21) 96549-2330

Talentos inspirados no dia a dia do trabalho

Uma alegre efervescência cultural se espalhou pelo auditório Halley Pacheco, no 8º andar do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, no dia 31 de julho, na 1ª Mostra de Talentos do HUCFF, organizada pela Seção de Saúde do Trabalhador (Sesat), da Divisão de Recursos Humanos.

A mostra foi idealizada pela assistente social Cleide Augusto da Silva e organizada com a coautoria da chefe da Sesat, Laura Barros, e a chefe substituta Lívia Frazão. O Sintufrj apoiou a iniciativa, que possibilitou aos trabalhadores do hospital a oportunidade de mostrar aos colegas de trabalho seus dotes artísticos postos em prática fora da unidade.

Apresentações

O auditório lotou para as apresentações de música, dança, luta e poesia. No fundo do palco, a cada número artístico eram projetados slides com imagens dos servidores em ação no hospital, um trabalho feito com muito carinho por Laura Barros.

Enquanto isso, em estandes organizados no hall de entrada do auditório, trabalhadores expunham quadros, objetos de artesanato, trabalhos de crochê, tricô e tapeçaria,

fotografias e petiscos e doces, afinal, dotes culinários não faltam.

Valorização merecida

O evento foi prestigiado pela pró-reitora de Pessoal, a enfermeira do HUCFF Luzia Araújo, pelo diretor-geral da unidade, Marcos Freire, e por diversas chefias.

Emocionada, Cleide Augusto explicou que sempre que atendia um profissional percebia no seu relato uma oscilação de sentimentos, entre tristeza e alegria. “Eu perguntava o que ele fazia quando não estava no hospital para recarregar as energias. E nesse momento eu via o brilho nos olhos deles. Foi aí que comecei a pensar que isso deveria ser valorizado. Daí a ideia dessa mostra. Para minha surpresa, apareceram tantos talentos que um dia se tornou pouco”, comemorou a assistente social.

A coordenadora-geral do Sintufrj Neuza Luzia sugeriu que o acontecimento entre para o calendário de eventos do Hospital Universitário. “Para esta diretoria do Sindicato, a saúde do trabalhador é uma prioridade, e este evento vai ao encontro desta proposta. Saúde não é só cuidado com o corpo; é preciso cuidar da alma, da mente e do



Fotos: Renan Silva



TODAS AS FOTOS DO EVENTO ESTÃO NO SITE DO SINTUFRJ

espírito”, disse a dirigente sindical.

O diretor da divisão de Recursos Humanos, Moacir de Oliveira, afirmou cumprimentando os participantes: “Sem vocês, nada seria possível”.

“Estamos aqui para cuidar da saúde do hospital. Mas o hospital tem que cuidar da saúde do trabalhador. É frequente que servidores enfrentem problemas pelo tipo de trabalho que realizam, pelo estresse diário. Aqui a gente lida com a vida, com pessoas”, destacou, Marcos Freire.

A chefe do Serviço de Treinamento e Desenvolvimento (DRH), Sandra Batista, fez questão de registrar que o “lindo resultado do trabalho foi fruto do empenho de toda a equipe”. Ela foi portadora da homenagem do grupo a Cleide Augusto, “que teve a sensibilidade de dedicar um olhar humano e acolhedor aos servidores na Sesat”.

“Na realidade, o que importa é que você busque o seu talento. O exercício de buscar é o de encontrar a felicidade. Enquanto você

está buscando, tentando aprender, está desenvolvendo seu eu, promovendo sua saúde. Nossas vidas são muito difíceis no dia a dia, e buscar um talento pode nos dar mais resiliência”, afirmou Luzia Araújo.

Laura Barros, que conduziu a abertura do evento, explicou que comprou de cara a proposta de Cleide Augusto pela intenção de mostrar o quanto os trabalhadores são importantes para o hospital e que seus talentos artísticos eles desenvolvem como válvulas de escape.

Direção sindical entrega reivindicações à Reitoria

A diretoria do Sintufrij reafirma sua posição contra o projeto Future-se do governo Jair Bolsonaro, tema que será pauta da assembleia do dia 6 de agosto.

Ao longo da História, o Sintufrij organizou uma concepção de movimento sindical que vai muito além das lutas por melhorias salariais. A construção de um espaço democrático e solidário, os debates sobre condições de trabalho e saúde do trabalhador, acesso à cultura, esporte e lazer, qualificação profissional e educação pública, gratuita e de qualidade fazem parte do acúmulo construído pelo movimento dos técnicos-administrativos em educação.

Neste sentido, apresentamos este documento sistematizando as discussões realizadas com a categoria e a opinião da direção sindical, apresentando políticas efetivas que visam construir uma universidade cada vez mais forte, tornando-a um espaço seguro para a comunidade acadêmica, melhorando as relações de trabalho, democratizando os seus processos e aumentando a eficiência dos seus serviços, possibilitando o melhor exercício da sua vocação: a produção científica e tecnológica socialmente referenciada e o exercício do pensamento crítico e do debate democrático.

Democracia

Consideramos que o próximo período exige decisões de afirmação da autonomia universitária. Uma delas é a alteração do Estatuto da UFRJ para incluir, entre os conselhos superiores, um Conselho Superior de Administração e Gestão de pessoal. Para que cumpra seus desafios estratégicos, deve ser composto paritariamente por docentes, técnicos-administrativos e estudantes; deve também contar com uma parcela de representantes da sociedade organizada, fortalecendo a dinâmica democrática e socialmente referenciada.

É importante conhecer e reconhecer a instituição universitária como um sistema complexo

que conta com profissionais de quase todas as áreas do conhecimento. A política e a gestão de pessoal devem considerar a singularidade e a diversidade profissionais e ao mesmo tempo a unidade coletiva que deriva da atuação no mesmo ramo de atividade – a educação superior nas suas três faces indissociáveis: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Pensar, formular, debater e implantar uma política de pessoal pressupõe, de um lado, escolhas políticas e institucionais, bem como objetivos estratégicos; e, de outro lado, conhecimento do impacto da conjuntura em que se vive.

Uma política de gestão financeira e de pessoal não pode abstrair os desafios conjunturais, mas deve mirar nos objetivos estratégicos da instituição com respeito e valorização profissional das servidoras e servidores. Para ser reconhecida, deve ser amplamente debatida e validada por aquelas e aqueles a que se destina, bem como com a participação dos usuários da instituição.

Saúde do trabalhador e condições de trabalho

Mais que nunca temas como condições de trabalho, saúde ocupacional, democracia nas relações de trabalho e o necessário enfrentamento das odiosas práticas de assédio sexual e moral precisam ser tratados. As soluções pactuadas para estes temas colaboram para construir a unidade necessária para o enfrentamento dos ataques estratégicos que põem em risco a universidade pública brasileira.

Desde o início de 2018 realizamos trabalhos e estudos em relação às condições da saúde e segurança do trabalho em diversas unidades. Neste período, observamos irregularidades e

Mais que nunca temas como condições de trabalho, saúde ocupacional, democracia nas relações de trabalho e o necessário enfrentamento das odiosas práticas de assédio sexual e moral precisam ser tratados. As soluções pactuadas para estes temas colaboram para construir a unidade necessária para o enfrentamento dos ataques estratégicos que põem em risco a universidade pública brasileira.

não cumprimento de normas e procedimentos que visam evitar acidentes e minimizar os riscos e danos à saúde do trabalhador.

Na gênese do problema existe uma divergência conceitual com a concepção que historicamente baliza o trabalho da PR-4: para o Sintufrj, segurança do trabalho e saúde do trabalhador não podem ser encaradas apenas como uma questão econômica, onde os adicionais ocupacionais representam maior ou menor peso na folha de pagamento da universidade. Esta polêmica é o centro do conflito sindicato x administração. Consideramos que a leitura política que a PR-4 faz das normas regulamentadoras é burocrática, não leva em consideração as complexidades da dinâmica do trabalho na universidade e se desdobra em metodologias equivocadas e prejudiciais ao trabalhador.

A metodologia aplicada pela CPST na confecção dos laudos de periculosidade e insalubridade leva em consideração exclusivamente o que o técnico ou engenheiro está vendo naquele exato momento. Só que a universidade não é uma unidade fabril uniforme, onde os aspectos de produção são constantes e lineares. Para uma avaliação real dos riscos enfrentados pelo servidor, deve-se levar em consideração o desenvolvimento do trabalho ao longo do tempo, principalmente em casos de servidores que trabalham com pesquisas, onde as várias fases tornam os riscos dinâmicos.

Existem normas e critérios para aplicar os adicionais de insalubridade e periculosidade; resumidamente, os adicionais são pagos quando não se pode eliminar o risco – que pode ser agressivo de forma degenerativa ou (no caso da periculosidade) imediato. Essas normas e critérios são estabelecidos pelas NRs (NORMAS REGULAMENTADORAS), e, no caso da UFRJ, com a complementação da ON 4, de 2017. Entretanto, como toda lei, está sujeita a interpretação. Divergimos da opinião corrente na universidade em dois principais pontos: a definição de CONTATO e a definição de PERMANENTE.

CONTATO, aos olhos da UFRJ, é considerado quando há contato DERMAL, principalmente em relação ao risco biológico entre servidor x paciente, não levando em conta o contato respiratório. Em nosso entendimento, tal interpretação já apresentada pela CPST em diversas ocasiões é um erro gravíssimo, principalmente em enquadramento de risco de áreas hospitalares. O contágio em doenças como pneumonia e meningite se dá principalmente pelo sistema respiratório, além de riscos químicos diversos com poeiras, névoas e afins.

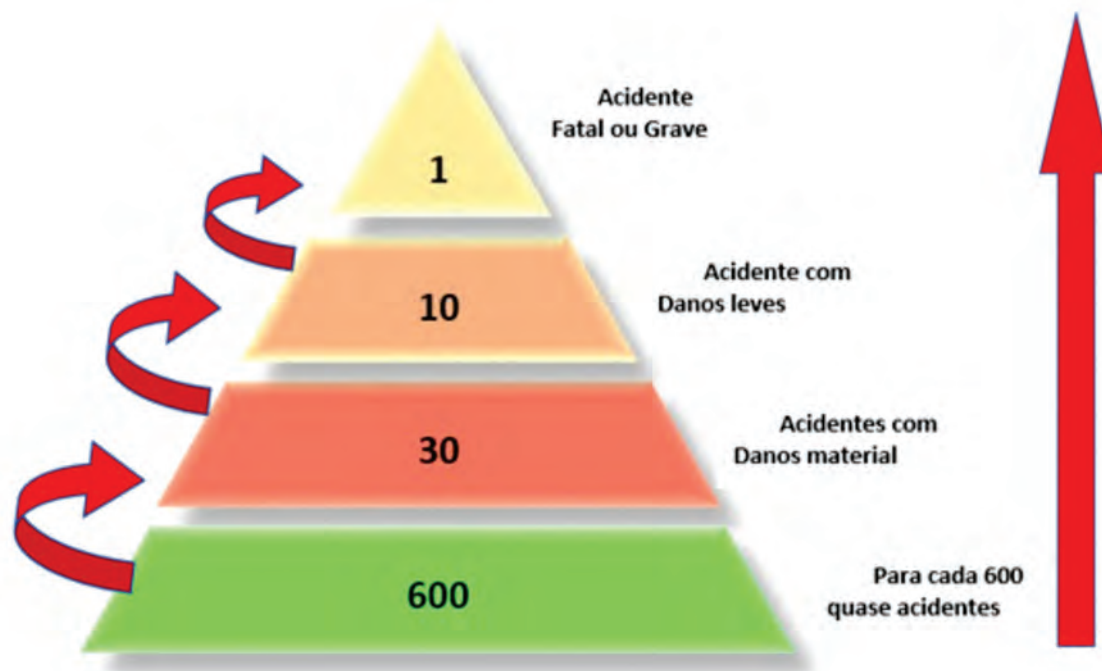
PERMANENTE, aos olhos da UFRJ, é quando o trabalho e a exposição ocorrem ininterruptamente durante toda a jornada de trabalho. Isto exclui quase todas as tarefas da universidade dos

parâmetros da definição. No nosso caso, as atividades são dinâmicas e mudam em sua velocidade, quantidade e frequência a todo o tempo. Permanente, no entanto, também é aquilo que é contínuo; exigir que para o recebimento do adicional o servidor deverá estar exposto o tempo todo significa, na prática, expor o trabalhador aos riscos de saúde e segurança sem que ele seja remunerado por isto como manda a lei.

Neste período também pudemos observar a inexistência de sistemas de identificação, controle e extinção de risco formulada por alguns documentos muito importantes, como o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), também determinado por lei nas NRs, especificamente na 9ª Norma. Além deste programa, também observamos a inexistência do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional). Ambos são de suma importância para podermos evitar acidentes e cuidar da saúde do trabalhador; neste último abordamos os exames periódicos, outro fator problemático da instituição e que deve ser rapidamente revisto, não só para evitar processos, mas, principalmente, para monitorar a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da UFRJ.

Brigadas de incêndio: uma política institucional

É muito raro identificarmos ações de prevenção por parte da CPST, e isso vem agravando os quadros de insegurança dos institutos. Segundo a teoria de Bird e sua pirâmide, estamos à beira de mais um acidente grave (ou mesmo fatal). Assim como em inúmeros outros casos, a segurança do trabalho também é um fenômeno previsível; de acordo com os números do CCS e a teoria de Bird, o risco de acidente é muito elevado. Veja o gráfico abaixo:



Na gênese do problema existe uma divergência conceitual com a concepção que historicamente baliza o trabalho da PR-4: para o Sintufrj, segurança do trabalho e saúde do trabalhador não podem ser encaradas apenas como uma questão econômica, onde os adicionais ocupacionais representam maior ou menor peso na folha de pagamento da universidade. Esta polêmica é o centro do conflito sindicato x administração.

No CCS já foram registrados mais de 640 quase acidentes, muito deles prevenidos pela presença da brigada de incêndio; 54 incêndios com dano material e mais de 14 acidentes leves envolvendo servidores e terceirizados. Este quadro precisa ser urgentemente alterado.

A Comissão Interna de Segurança e Saúde do Servidor Público também é fundamental para a política de prevenção. Os critérios preestabelecidos pela universidade dificultam a implantação das comissões por meio de eleições, pois o processo deve ser convocado pela direção da unidade. Além disso, diversos problemas dificultam a formação dos servidores que atuarão na CISSP: a CPST alega não ter condição operacional de aplicar o treinamento; a carga horária excessiva (e desnecessária) dificulta o voluntariado. Sugerimos que o processo de eleição da CISSP seja responsabilidade dos próprios servidores auto-organizados. Quanto aos treinamentos, a reformulação e redução da carga horária é imperativa, assim como a ampliação da oferta. O treinamento deve ser promovido de forma ampla pela PR-4/CPST, podendo ser aplicado por um profissional servidor habilitado da área de segurança do trabalho e posteriormente validado pela CPST.

A proposta é descentralizar os serviços de perícia, medidas de prevenção e educação, otimizando o trabalho dos técnicos nos centros. Hoje, a política de “todos fazendo tudo” sobrecarrega o técnico em segurança e torna todo o processo pouco eficiente. Com a mudança da organização e metodologia, a UFRJ poderia obter resultados mais satisfatórios e melhorar significativamente a imagem da CPST com os servidores da instituição. Cabe lembrar que a política que propomos é empregada em diversas instituições com peculiaridades semelhantes às da UFRJ.

Após a tragédia do Museu Nacional e os inúmeros casos de princípios de incêndio registrados pelos institutos, a segurança contra incêndio e pânico é um assunto que está nos corredores da UFRJ. As brigadas de incêndio precisam ser urgentemente reconhecidas como institucionais. A universidade só não tem em seu histórico mais um acidente grave, com vítimas e danos incalculáveis no CCS, por conta da atuação da brigada de incêndio. Precisamos tornar a ampliação das brigadas uma política institucional, com sistemas de combate a incêndio, treinamento de todo seu corpo de servidores e de alunos para saberem lidar com situações de risco e pânico; precisamos criar protocolos, sistemas, rotas de fuga e todo aparato técnico possível.

Reorganização do trabalho/turno contínuo

Em paralelo, precisamos impulsionar o processo de reestruturação do trabalho na universidade. Em algumas universidades federais

do Nordeste, em Mato Grosso, em Uberlândia (MG), a implantação já está em andamento. O entendimento do Sintufjrj sobre essa questão essencial para o nosso dia a dia é que a produção da universidade não pode ser aferida por meio de ponto eletrônico.

As características do nosso fazer são complexas demais e não podem ser engessadas (ou compreendidas) por mecanismo tão burocrático.

Quando o TCU indaga aos docentes sobre a forma como organizam o seu trabalho, a resposta é que eles planejam o seu trabalho a cada semestre. O que propomos é que os técnicos-administrativos da UFRJ recebam o mesmo tratamento que os seus docentes.

Diante desse entendimento, a universidade aceitou a discussão sobre a reestruturação da jornada de trabalho com turno contínuo que permita a implantação das 30 horas, como garante a legislação.

O Decreto nº 4.836/2003 estabelece a possibilidade da jornada de 30 horas com turnos contínuos onde ocorre atendimento ao público de 12 horas.

Afirmamos que a institucionalização da jornada de trabalho em turnos contínuos, sem redução de salário, é uma das bandeiras do Sintufjrj. As vantagens são todas:

1 – A reestruturação do trabalho em turnos contínuos acaba com o fantasma do ponto eletrônico. Ele virá, mas estará institucionalizado dentro da realidade da reorganização do nosso trabalho.

2 – Esta reorganização vai resultar numa apropriação do fazer laboral com o controle de todas as etapas das tarefas realizadas. O servidor terá mais poder sobre o próprio trabalho.

3 – Com a implantação da reestruturação da jornada de trabalho com turno contínuo, vai aumentar a produtividade e reduzir as situações que levem ao assédio moral.

A administração anterior deu início ao processo de reorganização da jornada e implementação do turno contínuo seguindo o seguinte roteiro:

1 – É aberto na unidade o processo de discussão sobre a reestruturação da jornada de trabalho com turno contínuo. São estudadas as necessidades de trabalho da referida unidade.

2 – Encerrada a discussão na unidade, o processo é enviado à PR-4 para apreciação.

3 – Na próxima e última etapa, a PR-4 envia o processo à Procuradoria para que um parecer seja dado. A Procuradoria é a Advocacia Geral da União (AGU). Com parecer favorável, o processo está institucionalizado e a reestruturação do trabalho com turno contínuo e 30 horas estão autorizadas.

Divergimos da opinião corrente na universidade em dois principais pontos: a definição de CONTATO e a definição de PERMANENTE.

CONTATO, aos olhos da UFRJ, é considerado quando há contato DERMAL, principalmente em relação ao risco biológico entre servidor x paciente, não levando em conta o contato respiratório. Em nosso entendimento, tal interpretação já apresentada pela CPST em diversas ocasiões é um erro gravíssimo, principalmente em enquadramento de risco de áreas hospitalares. O contágio em doenças como pneumonia e meningite se dá principalmente pelo sistema respiratório, além de riscos químicos diversos com poeiras, névoas e afins.

Portanto, o processo estará referendado, de acordo com a legislação.

No entanto, alguns diretores de unidades decidiram, de forma unilateral, que o turno contínuo não será discutido. Precisamos enfrentar esta combinação de autoritarismo com atraso. O direito dos trabalhadores de discutirem e refletirem coletivamente sobre a melhor forma de distribuir e realizar tarefas para garantir entrosamento e eficiência deve estar garantido.

Além disso, a AGU já julgou vários processos encaminhados nas unidades. No caso das negativas, as comissões locais não conseguem acessar a justificativa da decisão da AGU, blo-

queando a possibilidade de reestruturação.

É urgente, portanto, a retomada do pleno funcionamento da Comissão Institucional formada para impulsionar o processo, garantindo que as unidades sejam visitadas (várias delas já solicitaram a presença da comissão), dando segurança institucional e empoderando a auto-organização dos trabalhadores.

A discussão da reestruturação da jornada de trabalho com 30 horas é a resposta à mediocridade de vincular a produção ao controle eletrônico da frequência, e uma política robusta de promoção do bem-estar e do trabalho digno, além de aumentar a produção e a eficiência dos serviços prestados ao público.



Coordenação do Sintufrj
Gestão Ressignificar

PERMANENTE, aos olhos da UFRJ, é quando o trabalho e a exposição ocorrem ininterruptamente durante toda a jornada de trabalho. Isto exclui quase todas as tarefas da universidade dos parâmetros da definição. No nosso caso, as atividades são dinâmicas e mudam em sua velocidade, quantidade e frequência a todo o tempo. Permanente, no entanto, também é aquilo que é contínuo; exigir que para o recebimento do adicional o servidor deverá estar exposto o tempo todo significa, na prática, expor o trabalhador aos riscos de saúde e segurança sem que ele seja remunerado por isto como manda a lei.